

Debate entre as três chapas marca início da campanha eleitoral na USP

Os candidatos à sucessão na Andes participaram dia 7 de maio de um debate na Universidade de São Paulo. Esta é a primeira vez, desde 1986, que há disputa para a direção da entidade, que congrega os professores universitários de todo o País.

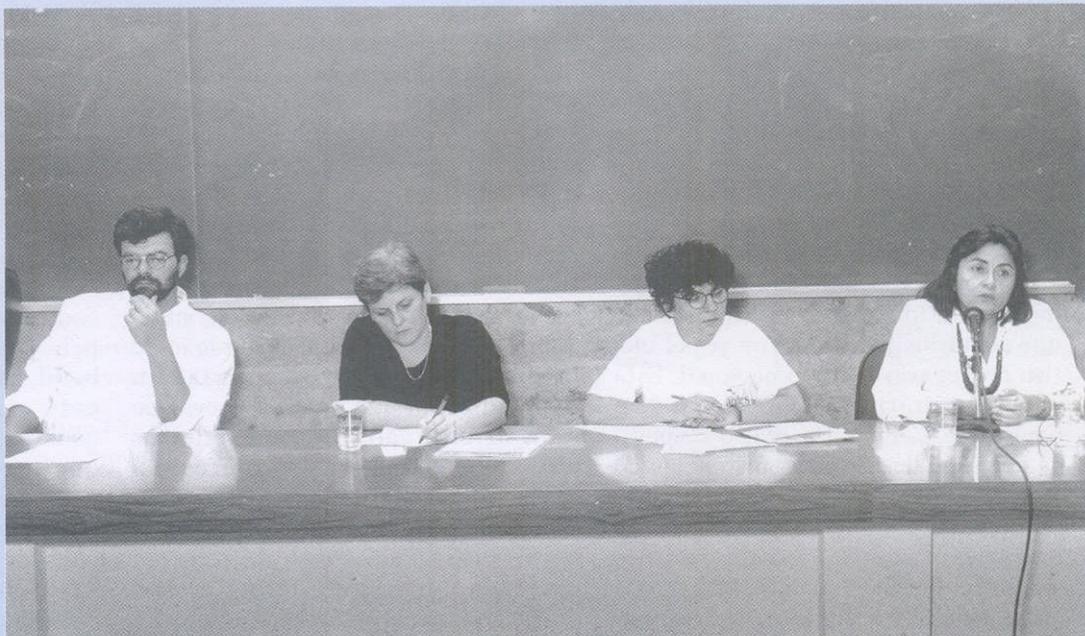
Durante três horas, Maria Cristina de Moraes (chapa 1- Andes Autônoma e Democrática), Maria Luiza Fontenele (chapa 2- Andes para Todos) e Renato de Oliveira (chapa 3- Em Defesa da Democracia e da Universidade) explicitaram as divergências que estão levando a Andes a entrar neste pleito dividida. Os docentes da USP não demonstraram interesse no debate. Apenas vinte pessoas compareceram ao Anfiteatro da História para conhecer as propostas de cada uma das chapas.

Os candidatos tiveram dez minutos para a apresentação dos programas e, em seguida, iniciou-se uma rodada de perguntas entre eles. Posteriormente, foi aberta a discussão com o público.

Por cerca de uma hora e meia os candidatos debateram com professores da USP e da UNESP o corporativismo sindical, a crise do Move-

mento Docente, o governo Fernando Henrique Cardoso, a globalização, o ensino público e o ensino privado, a inserção da Andes na Central Única dos Trabalhadores, as fundações nas universidades públicas e a flexibilização do RDIDP.

Com o propósito de iniciar a discussão da sucessão da Andes junto aos associados, a Adusp promoveu o debate com os candidatos à presidência e está publicando neste **Informativo Adusp Especial** respostas a um questionário encaminhado às três chapas, o manifesto de cada uma delas e a nominata da executiva nacional e regional.



Renato de Oliveira (chapa 3), Heloisa Borsari (Adusp), Maria Cristina (chapa 1) e Maria Luiza (chapa 2)

Fotos Ronaldo Entler

Quem pode votar

Estão aptos a votar os associados da Adusp que se inscreveram na entidade até o dia 20 de fevereiro deste ano e quitaram suas mensalidades até 31 de março. As urnas serão instaladas nos dias 21, 22 e 23 deste mês, a partir das 9 horas da manhã, inclusive nos campi do interior. É assegurado ao eleitor o direito de voto em trânsito. Serão instaladas urnas na sede e sub-sedes da Adusp para as unidades onde não for possível instalá-las. A Comissão Eleitoral Local divulgará com a devida antecedência os locais de votação.

Qualquer esclarecimento sobre o processo eleitoral e a instalação das urnas poderá ser obtido através dos telefones 818-4465 e 818-4466 ou pelo e-mail adusp@org.usp.br

Vote, fortaleça nosso sindicato nacional
21, 22 e 23 de maio

Andes Autônoma e Democrática

Manifesto

A ANDES-AD reivindica a unidade de interesses do conjunto da categoria e, portanto, seu compromisso com a unidade sindical, mas rejeita a unicidade imposta pelo atrelamento sindical do Estado a mantenedoras ou a quaisquer outros interesses alheios aos dos trabalhadores. A ANDES-AD reafirma a sua defesa da autonomia sindical, que só pode estar baseada na organização por local de trabalho, como garantia de uma representação das bases. Por isso mesmo, concebe a ANDES-SN como verdadeiro Sindicato Nacional, unitário, não como uma federação que resultaria da soma de pequenos aparelhos sindicais, o que, além de antidemocrático, impediria que os docentes universitários jogassem um papel efetivo no cenário político nacional. Esta prática unitária e democrática tem como única garantia real o respeito às decisões das diversas instâncias do sindicato, a começar pelas instâncias de base, o que implica a rejeição das práticas aparelhistas, onde decisões são produto de conchavos externos a essas instâncias, geralmente respondendo a interesses estranhos aos dos

próprios representados. Essa concepção preside o nosso rechaço ao imposto sindical e a quaisquer outras contribuições compulsórias dos trabalhadores, características do sindicalismo atrelado, e a nossa defesa do princípio de auto-sustentação dos sindicatos, através da contribuição voluntária.

A ANDES-AD reafirma que o nosso sindicato deve continuar e aprofundar a sua inserção na Central Única dos Trabalhadores (CUT), não somente em nível nacional, mas sobretudo em nível estadual e regional (de base), por incidir efetivamente nos rumos da Central, que reconhecemos como única perspectiva de construção de uma representação sindical unitária dos trabalhadores brasileiros. Esta integração se faz mais do que necessária em momentos em que na CUT prevalece uma orientação que desvirtua os princípios classistas que nortearam a sua criação, notadamente explicitados no acordo da direção com o governo FHC em torno da reforma previdenciária, que delinea uma política estratégica de pacto social e conciliação de classes. Para a

ANDES-AD, a participação na CUT deve estar orientada pelo resgate dos princípios democráticos classistas e de luta pelo socialismo que estiveram no seu nascedouro.

A ANDES-SN se vê, hoje, diante de exigências inéditas em sua história. Estas exigências são decorrentes do próprio trabalho de expansão do sindicato junto aos setores da IEES e das IPES, incrementado na atual gestão. Decorre também da conjuntura extremamente adversa às organizações populares, fruto da implantação das políticas neoliberais e de uma de suas conseqüências mais perversas, a dificuldade de mobilização.

Frente às demandas crescentes e cada vez mais sofisticadas impostas pela luta contra este projeto neoliberal, faz-se necessário que o sindicato assuma de maneira efetiva a construção de um conjunto de ações que lhe permitam responder com agilidade também cada vez maior. É particularmente importante a atuação das VPRs, em conjunto com as ADs-S.Sind., como instância de concretização das políticas estabelecidas pelo sindicato.



Maria Cristina de Moraes é professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atual 2ª Tesoureira da ANDES-SN e vice-presidente da ADURN-S.Sind. Foi integrante da Regional Nordeste II na gestão 90-92 e presidente da ADURN durante a gestão 90-92. Integrou a executiva do PT em Natal.

Quem é quem?

Executiva Nacional

Pres.: Maria Cristina de Moraes (ADURN)
 1º Vice: Fernando M. Pires Filho (ADUFRGS)
 2º Vice: Heitor Gaudenci Jr. (ADUNIMEP)
 3º Vice: Almir S. M. Menezes Filho (ADURN)
 Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira (APESJF)
 1º Secretário: Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL)
 2º Secretário: Géria Maria M. Franco (ADUFSCAR)
 3º Secretário: Lafaiete Santos Neves (APUFPR).
 1º Tesoureiro: Solange Bretas (ADUFU)
 2º Tesoureiro: Antônio de Pádua Rodrigues (ADUFPI)
 3º Tesoureiro: Rubens Freire Ribeiro (ADUFPPB-JP)

Regional São Paulo

1º Vice: Zildo Gallo (Adunimep)
 2º Vice: Paulo Martins (Adunisa)
 1º Sec.: Gilberto L. Teixeira (Adunisa)
 2º Sec.: Ronaldo Schubert Souto (Adunimep)
 1º Tes.: Osvaldo Alves Moura (Adepm)
 2º Tes.: Claudinei Lourenço (VPR-SP)

Andes para Todos

Manifesto

A vitória do movimento sindical e popular contra o governo FHC por ocasião da votação da reforma da previdência no Congresso Nacional revela, inequivocamente, que a unidade das forças populares, democráticas e de esquerda é a chave para o enfrentamento com o governo FHC e a principal bandeira de resistência à implantação definitiva do projeto neoliberal em nosso país. Esse processo deve servir de ensinamento para o movimento docente.

Entendemos que dificilmente conseguiremos impedir a privatização da Universidade pública sem que tenhamos a maturidade política de construir uma ampla unidade classista do movimento docente organizado na ANDES-SN. Por isso é um grande equívoco pensar que a constituição de três chapas para disputar a direção do nosso sindicato se constitui em fator de elevação da mobilização dos docentes e superação da crise que vive a Universidade brasileira.

Esse fato também não serve para demonstrar que somos um sindicato democrático porque, como sabemos, as regras do jogo servem, fundamentalmente, para quem tem o controle da máquina da entidade e quer se

pepetuar no poder. A disputa fratricida pela direção nesse momento nos divide e nos fragiliza.

Entretanto, depois de dez (10) anos, teremos novamente mais de uma chapa disputando a direção do nosso sindicato. Preocupados com essa divisão, sobretudo nesse momento de ameaças do projeto neoliberal, e com o crescente processo de burocratização da ANDES - SN e o conseqüente distanciamento, cada vez maior entre direção e base, advogamos, insistentemente, pela unidade do MD desde o congresso de viçosa (fev./94) até o congresso de Santa Maria (fev./96).

A postura arrogante e exclusivista da corrente majoritária - "ARTICULAÇÃO ANDES AD" -, que constituiu a chapa 1, levou a um racha interno e à formação da chapa 3. Buscamos a unidade com esta última por haver entre nós algo que nos unifica, qual seja, a crítica ao método de direção da "ARTICULAÇÃO".

Durante o processo de negociação com a chapa 3 ficou claro que os seus integrantes não aceitavam a unidade por se constituírem em dissidência da "ARTICULAÇÃO" e guardarem, ainda, todo leque de preconceitos advin-

dos de sua corrente política anterior. Mesmo assim insistimos na unidade que acabou não ocorrendo por absoluta miopia política dos integrantes da chapa 3. Mesmo reconhecendo nossas diferenças, entendíamos que os interesses do sindicato e da Universidade pública deveriam estar acima de tudo, mas lamentavelmente prevaleceu os interesses de grupo em detrimento da categoria docente.

Entendemos que a chapa 1 ao afirmar como questão central da luta dos trabalhadores, hoje, o combate ao projeto neoliberal está correta. Mas fica apenas no discurso, porque sua prática sindical excludente, divisionista e burocrática inviabiliza e compromete a formulação política. Isto está inviabilizando o sindicato, com que é mais grave, o apego cada vez maior de seus militantes pelo aparelho do sindicato. Por outro lado, a chapa 3 além de apresentar um discurso atrasado politicamente ao não eleger o projeto neoliberal como o principal inimigo e defender um sindicato voltado, no fundamental, para questões internas da Universidade- demonstrou que o seu discurso de unidade eram apenas palavras vazias.



Maria Luiza Fontenele fez mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Vanderbilt (EUA), é professora de Sociologia na Universidade Federal do Ceará, foi deputada estadual durante a legislatura de 1978 a 1986, prefeita de Fortaleza de 1986 a 1988 e deputada federal de 1991 a 1994. Por duas gestões foi secretária geral da ADUFC.

Quem é quem?

Executiva Nacional

Presidente: Maria Luiza Fontenele (ADUFC)
 1º Vice: Helena Freitas (ADUNICAMP)
 2º Vice: Luís Fernandes (ADUFF)
 3º Vice: Walter Nique (ADUFRGS)
 Secretário Geral: Elias Nunes Dourado (ADUSB)
 1º Secretário: Dalton Melo Macambira (ADUFPI)
 2º Secretário: Otávia F. S. Rodrigues (APUBH)
 3º Secretário: Maria Helena Almança (APUFSC)
 1º Tesoureiro: Iêdo Leite Fontes (ADUFPB - JP)
 2º Tesoureiro: Marcos Vinícius Bastos Silva (ADUFERPE)
 3º Tesoureiro: Reginaldo N. Ferreira (ADUFG)

Regional São Paulo

1º Vice: Adelaide José Vaz (Adusp)
 2º Vice: Luís R. Oliveira (Adunesp)
 1º Sec.: Antonio Luís Caldas Júnior (Adunesp)
 2º Sec.: Luís Alfredo Chinale (Adunesp)
 1º Tes.: José L. M. Machado (Adunesp)
 2º Tes.: Momotar.o Imaizumi (Adunesp)

Em Defesa da Democracia e da Universidade

Manifesto

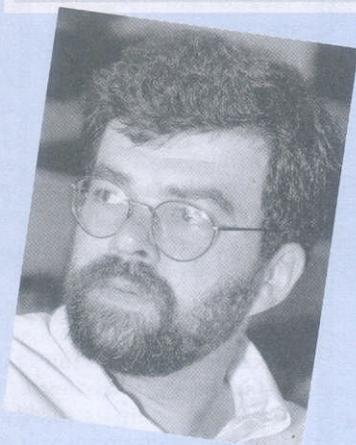
A ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, congrega mais de oitenta Associações de Docentes em todo o Brasil e luta, desde sua origem em fevereiro de 1981, pela manutenção do Ensino Público e por uma Universidade democrática e de qualidade. Trabalha questões salariais e corporativas e vem procurando inserir-se - ultimamente sem resultados - na discussão de grandes temas nacionais como Saúde, Previdência, Política Agrária, Ciência e Tecnologia, Propriedade Industrial e Reforma do Estado.

É preciso, contudo, lhe dizer um pouco mais sobre a ANDES-SN. Pode não ser o seu caso, mas a verdade é que muitos de nós - e não apenas os que ingressaram na Universidade nos últimos anos - não conhecemos mais o nosso Sindicato. Foram anos de práticas pouco integradoras e de discursos inconsistentes, vertidos em uma linguagem desgastada. Anos sem nenhuma oposição, de eleições com chapa única (quando sempre se ganhou o Sindicato e se perdeu a Universidade). Anos que afastaram bons companheiros/as do movimento docente e espantaram colegas recém-

chegados/as. As conseqüências são claras: neste momento de tão graves ameaças à educação, aos serviços públicos e à soberania nacional, nosso Sindicato tornou-se desconhecido, ausente do cenário cultural e do debate político-ideológico do País. Para reverter este quadro, nós, integrantes da chapa 3 - nascida durante o último Congresso da Andes, realizado recentemente em Santa Maria (RS), com a determinação de restituir a cultura democrática, o respeito às divergências e às diferenças no interior de nosso Sindicato - convocamos você, professor/professora, para o esforço de devolver à ANDES-SN o peso político-que já teve, e assim, junto às demais forças democráticas e populares, rearticular a defesa da Universidade Pública. Uma Universidade capaz de elaborar projetos alternativos, transformadores da sociedade, indispensável à construção de uma identidade nacional.

Queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores, de trabalhadores intelectuais. Queremos participar da ANDES-SN sem abrir mão de nossa presença na vida acadêmica. E fazê-lo a partir da vivência no campus univer-

sitário, repensando o público e o Estado na perspectiva do interesse coletivo, discutindo o atual estágio do tripé ensino/pesquisa/extensão. Os profissionais que formamos intervêm criticamente na sociedade? Como está a pesquisa científica e tecnológica que desenvolvemos? Qual o alcance da extensão universitária que praticamos? Ao lado disso, apostamos na revolução democrática, na certeza de que um espaço público de exercício da cidadania permitirá que se inverta a atual correlação de forças sociopolíticas, visando à desprivatização do Estado e a instauração de novas relações sociais, cada vez mais democráticas, garantidoras de direitos. Se a Universidade produz conhecimento e é, em princípio, um local de discussão, não de obediência a consensos forçados, então nosso Sindicato deve defender intransigentemente os salários e a dignidade dos professores, deve proteger os interesses da categoria e firmar-se, ao mesmo tempo, como pólo de reflexão, alargando seus grupos de trabalho, estimulando debates e a produção de idéias. Queremos, enfim, o retorno à eferescência intelectual e crítica no seio da ANDES-SN.



Renato de Oliveira é doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. É professor de Sociologia da Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente exerce a presidência da ADUFRGS. Na gestão Pinguelli Rosa foi suplente da vice-presidência da Regional Sul e na gestão Newton Lima Neto foi 2º Tesoureiro.

Quem é quem?

Executiva Nacional

Presidente: Renato de Oliveira (ADUFRGS)
 1º Vice: Marco Antônio S. Leite (ADUFG)
 2º Vice: Carlos Coutinho Batalha (ADUFES)
 3º Vice: Rubens Pinto Lyra (ADUPB-JP)
 Secretário Geral: Emmanuel Appel (APUFPR)
 1º Secretário: Robério Marcelo R. Ribeiro (APUBH)
 2º Secretário: Francisco de Paula F. E. Castro (ADUFERPE)
 3º Secretário: Ciomara Maria P. Nunes (APUBH)
 1º Tesoureiro: Anibal Sanchez Moura (ASDUERJ)
 2º Tesoureiro: Ricardo Heli Rondinel Cornejo (SEDUFMS)
 3º Tesoureiro: Jaime Mendonça (ADUFEPE)

Regional São Paulo

1º Vice: Lúcia Helena Lodi (Adunesp)
 2º Vice: Ricardo Musse (Adunesp)
 1º Sec.: Marcos Barbosa de Oliveira (Adusp)
 2º Sec.: Ivan Santo Barbosa (Adunijcamp)
 1º Tes.: José Coelho Sobrinho (Adusp)
 2º Tes.: Isabel Maria Loureiro (Adunesp)

Conheça a opinião de cada uma das chapas

A diretoria da Adusp encaminhou três questões às chapas que disputam a eleição da Andes. Uma delas permite analisar a atuação nacional que cada chapa pretende imprimir ao sindicato e outra explicitar a atuação que será desenvolvida no âmbito estadual. Uma terceira questão abre espaço para que cada uma delas faça comentários sobre as posições assumidas pelas concorrentes.

Por que razão deve-se votar em sua chapa e não em outra?

Entendemos que a categoria deve votar na chapa, que ela considera, que melhor a represente. Neste sentido acreditamos que cada uma das chapas que participam deste processo eleitoral se apresenta a partir de concepções distintas relativas à condução do nosso sindicato nacional.

Portanto esperamos que aqueles que:

- têm acompanhado a história do nosso sindicato, ANDES-SN;
 - têm participado de nossas lutas e percebido o momento crítico que o País atravessa;
 - têm percebido o esforço de nossa articulação, ANDES-AD, por ocasião da transformação da ANDES em Sindicato Nacional de preservar a estrutura democrática que tanto prezamos;
 - acreditam na luta em defesa de uma Universidade Pública Gratuita Autônoma, Democrática e de Qualidade com inserção na sociedade;
- votem na proposta de Andes - Autônoma e Democrática, chapa 1.

Chapa 1

Riqueza e justeza de nossas propostas, tanto no enfrentamento de questões específicas e conjunturais, quanto para o embate mais amplo com o sistema capitalista neoliberal; postura democrática, buscando com veemência a construção da unidade e determinação no sentido de colocar o movimento docente nas principais trincheiras de luta dos trabalhadores são razões fortes para votar na CHAPA 2, que se distingue das demais tanto por essa postura não discriminadora de qualquer corrente de pensamento na construção de uma direção unitária da Andes - SN, quanto pela proposta conseqüente de construção de um projeto que se contraponha ao modelo capitalista neoliberal de desenvolvimento.

Chapa 2

Por duas razões básicas: porque temos o melhor programa e porque temos a melhor chapa. Nosso programa é o único voltado para a questão central desta eleição: a questão da Universidade. É a partir dela - seja da afirmação de seus valores fundamentais, seja a partir da crítica a sua situação atual -, que construímos nossa identidade política e nossa estratégia de solidariedade para com os demais movimentos sociais organizados em busca do aprofundamento e da consolidação da democracia em nosso País.

Quanto à chapa, temos a certeza que representamos o que a Universidade e o Movimento Docente têm de melhor. Nossa chapa combina uma forte presença na vida acadêmica com a experiência da militância política na Universidade e fora dela, seja em termos de política partidária, seja em termos de políticas setoriais (especialmente no campo da ciência e tecnologia), ou ainda na luta pelos direitos civis e pelos direitos humanos, bem como na atuação junto aos movimentos populares organizados. Este conjunto de experiências, aliado ao espírito democrático de cada um dos integrantes da chapa, bem como ao seu apego aos valores que fazem parte da melhor tradição universitária - o amor ao debate livre, a valorização do dissenso e da dúvida, o permanente exercício da crítica, a autonomia de pensamento -, certamente garantirão uma Andes onde a atividade sindical não anulará a representação política e intelectual dos docentes de ensino superior.

Chapa 3

Do ponto de quais deveriam ser para a regional

Faz parte da carta programa da Andes investir no fortalecimento do trabalho executivo, para o fortalecimento de espaços privilegiados para o desenvolvimento naquelas onde apesar de termos garantido a presença massiva do sindicato e das Seções Sindicais.

Neste sentido as prioridades para o trabalho realizado nas IES's do setor são: 1. o de sindicalizados via Regional; 2. o de estaduais Paulistas articulando a integração na luta dos 3 setores; 3. a maior inserção da ANDES-SN na preparação de reuniões preparatórias aos eventos nacionais pós eventos de forma a garantir a criação de espaços de discussão nas reuniões apenas a reflexões nacionais; dando prioridade à discussão de atualização da proposta.

A Regional de São Paulo deve trabalhar com determinação o caminho a seguir, a CHAPA 2. É imperativo considerar que a complexidade de pensamento na dinâmica do movimento docente exige uma postura clara.

Vale destacar igualmente a importância de articular ações coletivas com o máximo de abrangência, qualquer dicotomia entre desempenho de igual forma a urgência de unidade e coloque ao alcance de todos as propostas, apreender a riqueza e viabilidade de cada uma.

Aprofundar a inserção da universidade entre produção científica, necessitando também prioridade para a Regional.

Em primeiro lugar, trabalhar para que três universidades estaduais se sobressaia pela importância de suas universidades no ensino superior brasileiro. Temos que lutar pelas principais instituições incluindo as empresas voltadas ao setor, o que a atuação da Regional SP da Andes desenvolver para cada uma.

Enquanto questões específicas da luta contra a precarização do trabalho "contrato precário", na contratação de novos docentes, etc. Além disso, essas mesmas questões de dedicação exclusiva à docência não foi com medidas deste tipo que seu atual perfil de qualidade acadêmica se manteve.

Em relação às particulares, em termos de instituições, no estágio da luta pela unidade nos tempos da ditadura. Enfrentar inclusive no plano legislativo, visando a garantir a agirem de acordo com o interesse.

Dentre todas as deliberações do XV Congresso quais delas sua chapa considera tarefas prioritárias? Por quê?

As deliberações do XV Congresso, em face das demandas apresentadas ao movimento social (investidas do governo contra o setor público, crise econômica e social) são todas prioritárias. Por si só justificam a necessidade de uma forte mobilização do movimento docente e uma direção coesa e democrática, de amplitude nacional, com inserção regional marcante e respeito à nossa organização de base, a partir dos locais de trabalho.

É necessário, contudo, salientar alguns eixos de luta por sua abrangência. São eles: O enfrentamento intransigente em relação às reformas neoliberais, mantendo a posição de defesa das conquistas da Constituição de 1988 e exigindo a regulamentação daqueles itens, dependentes de regulamentação legal. Esse enfrentamento deverá se dar conjugado com o movimento social organizado especialmente com a CUT, onde deveremos ampliar nossa participação.

Outro eixo fundamental de luta é a defesa da Educação Pública e gratuita, onde se inclui a Universidade que desejamos também autônoma, democrática e de qualidade, com inserção completa na sociedade. Neste sentido, consideramos fundamental a realização do 1º Congresso Nacional de Educação.

Estes dois aspectos reforçam a trajetória de lutas da ANDES-SN como sindicato autônomo e democrático, para além das lutas puramente economicistas, e a serviço de toda a sociedade.

A direção deverá se esforçar para cumprir as deliberações do Congresso e tudo fará para que a consonância direção e bases permita alcançar os objetivos essenciais para a ANDES-SN.

À vista da sua chapa quais as prioridades de atuação da Regional SP na próxima gestão?

A chapa 1, Andes-Autônoma e Democrática, contém as regionais, instância fundamental, de caráter de nosso sindicato. Entendemos que as regionais trabalham de expansão tanto nas IES não organizadas já organizadas em seções sindicais, necessitando de discussões e decisões do Sindi-

ca para a próxima gestão são: 1. dar continuidade ao trabalho no setor privado buscando ampliar o número de seções sindicais regionais; 2. dar continuidade ao trabalho no âmbito do Fórum das seis buscando uma maior participação e aprofundar a discussão da CUT objetivando uma atuação central através das seções sindicais; 4. dinamizar as ações regionais do nosso sindicato bem como as reuniões para a implementação das propostas aprovadas; 5. trabalhar os temas que não podem ficar restritos às reuniões regionais das discussões dos GT's e ampliando a atuação da ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

Trabalhar também esse referencial político, implementar um caráter democrático e de combatividade que norteie a unidade na diversidade, possibilitando que permeie a universidade possa se refletir e.

Elaboração de uma estrutura de funcionamento que permita maior número de associados, eliminando também o trabalho profissional e atividade sindical. Isso implica no processo de comunicação que dê visibilidade às nossas propostas, permitindo com clareza compreender o projeto que queremos construir. A participação no seio da coletividade, numa interação com as demandas humanas e controle público, deve-se considerar a Regional São Paulo.

Para construir a Regional, sem que a dinâmica das demandas se sobreponha aos problemas das demais. Pelo peso e importância da Regional SP é um microcosmo do sistema de ensino aqui as principais universidades federais e algumas privadas, tanto confessionais quanto leigas, permeadas pelo mercantilismo mais rasteiro. É evidente portanto que defenderá diretamente as políticas nacionais que afetam estes setores.

Deverá ressaltar no contexto das estaduais a situação do trabalho docente, claramente exemplificado no caso de docentes por 89 dias com salários irrisórios. As universidades permitem a flexibilização do trabalho docente e à pesquisa, anulando-o de fato. Certo caráter que as estaduais paulistas alcançaram historicamente.

Encontramos ainda, na imensa maioria das instituições, a falta de liberdade de organização e expressão, tal como ocorre com este problema implica iniciativas nacionais, visando coibir o arbítrio das mantenedoras, obrigando a uma atuação de interesse público.

1. Reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores e explorados na construção de um movimento em defesa de nossos direitos, pela garantia de trabalho e contra o governo FHC e seu projeto neoliberal capitalista. 2. Defesa da Universidade Pública Gratuita e de qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento (compreendendo ainda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a vinculação da produção do saber com os interesses maiores da sociedade). 3. Avaliação sistemática do trabalho docente a partir de critérios definidos de forma pública e democrática, não só para se defender da tutela estatal e da influência do capital (privatização/empresariamento), mas também de qualquer esquema de privilégios corporativos da categoria. A liberdade acadêmica não deve ser confundida com o liberalismo que reproduz estruturas autoritárias, individuais, sem nenhum compromisso e responsabilidade com decisões coletivas. 4. Contra o desmonte do Serviço Público e das entidades sindicais e em defesa da liberdade de organizações. 5. discutir a subordinação do ensino tecnológico a interesses do setor empresarial e de sua política de reprodução do saber e do fazer.

Consideramos ainda ser prioridade para o movimento contribuir na elaboração de um projeto alternativo de sociedade que rompa com a proposta da barbárie e possa edificar uma nova civilização (proposta apresentada no Congresso que não obteve maioria dos votos).

Tais propostas, além de expressarem um caráter de unificação de nossas reivindicações específicas, apontam também para o tipo de ensino e universidade que defendemos, além de vincular lutas imediatas com tarefas históricas do movimento de libertação dos trabalhadores.

A prioridade da Andes-SN é e sempre será a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, da autonomia universitária, do salário e das condições de trabalho docente. Há várias resoluções do último Congresso que se referem a estas questões.

Na conjuntura atual, respeitar esta prioridade implica a denúncia e desmistificação de um programa de governo, em nível federal e estadual, que, sob a justificativa de modernização e da estabilização econômica, prepara o desmonte não só das universidades públicas como de toda as instituições estatais que viabilizam a existência de políticas públicas neste país, sem contar a generalização do desemprego e da miséria. Desta forma, a defesa da educação e da universidade pública deve hoje, mais do que nunca, ser articulada à defesa do próprio serviço público enquanto espaço capaz de assegurar um estado minimamente democrático e aberto às demandas sociais, o que significa fortalecer os laços de solidariedade entre a Andes e o conjunto do movimento social organizado em defesa do interesse público.

Outra tarefa que é cada vez mais urgente e necessária é o enfrentamento da expansão do ensino privado. A Andes deve formular propostas específicas para fazer face a esta expansão, combinando três linhas de ação: defesa da expansão da rede pública; controle público sobre as instituições privadas de ensino superior, e defesa da liberdade de organização e expressão do seu corpo docente.

A Andes deverá também agir no sentido de que o movimento sindical, bem como outras organizações democráticas da sociedade civil, definam uma pauta de reivindicações e de defesa da educação pública em todos os níveis, enquanto um dos interesses maiores da sociedade.